

CIDADE: ESPAÇO, DOCUMENTO E MONUMENTO.

Cristiane Bartz de Ávila¹

Maria de Fátima Bento Ribeiro²

PALAVRAS-CHAVES: memória, esquecimento, cidade, documento e monumento.

KEY-WORDS: memory, forgetfulness, city, monument and document.

“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para história” (Walter Benjamin, 1994).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essa reflexão do filósofo alemão Walter Benjamin (1994) é importante para uma narrativa que privilegia a história na perspectiva das minorias.



¹Professora de História da Rede Municipal de Pelotas, formada em Licenciatura Plena em História na UFPEL, Especialista em História da Educação FAE/UFPEL, Mestranda no PPG de Memória Social e Patrimônio Cultural do ICH da UFPEL.

²Prof. Dr. Maria de Fátima Bento Ribeiro, vinculada aos cursos de Relações Internacionais e do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Coordenadora do grupo de pesquisa em Culturas, cidades, políticas e fronteiras da Universidade Federal de Pelotas.



Figura 16. Chafariz das Nereidas

Fonte: <http://academicosdanoticia.blogspot.com.br/2011/06/chafariz-fonte-das-nereidas.html> acesso em 10.02.2013

Logo após 1830 quando a Freguesia foi elevada a Vila, foi construído no centro da Praça um Pelourinho como símbolo da autonomia. O Pelourinho existiu até 1873, quando foi substituído pelo Chafariz, a Fonte das Nereidas. (<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/PracaEntorno.htm> acesso em 11.02.2013)

Na praça principal do centro da cidade de Pelotas, onde hoje encontramos o imponente Chafariz das Nereidas, outrora se impunha um Pelourinho. A fonte d'água, que foi importada juntamente com outras duas, representou uma época de riqueza e opulência de nossa cidade. Riqueza gerada pelo ciclo do charque, essa mudança ocorre em 1873, portanto, próximo a abolição da escravatura.

Desaparece do espaço urbano esse “monumento” símbolo de opressão e poder da elite charqueadora no período em que o trabalho era realizado pela mão-de-obra escrava. Sendo assim, depreendemos que chegou a um determinado período da história de Pelotas, em que podemos afirmar que houve o interesse de que as marcas da violência da escravidão se esvanecessem com a substituição (no caso do pelourinho) pelo imponente chafariz. Le Goff(1991, p. 4) explica sobre a manipulação da memória:

Por último, los psicólogos y lospsicoanalistas han insistido, ya a propósito delrecuerdo, ya a propósito del olvido (en particular sobre laguía de los estudios de Ebbinghaus), sobre lasmanipulaciones, conscientes o inconscientes, ejercitadas sobre la memoria individual por losintereses de laafectividad, de lainhibición, de la censura. Análogamente, la memoria colectiva ha constituidoun hito importante en la lucha por el poder conducida por lasfuerzassociales. Apoderarse de la memoria y del olvido es una de las máximas preocupaciones de lasclases, de los grupos, de losindividuos que han dominado y dominan las sociedades históricas. Los olvidos, lossilencios de la historia son reveladores de estos mecanismos de manipulación de la memoria colectiva.

Conforme suas palavras, as classes sociais estão em luta permanente para dominar a memória coletiva, bem como os esquecimentos e silêncios; sendo assim, o controle sobre os documentos e os monumentos (que constituem importantes lugares de memória), dão força àqueles que querem que determinados fatos sejam lembrados e outros sejam esquecidos. É claro que podemos contar com a memória individual, que pode ser recriada através da história oral, porém estes relatos têm um tempo determinado, que, com a morte, vai sendo fragmentado e se perde no tempo.

La memoria colectiva, sin embargo, no es sólo una conquista: es un instrumento y una mira de poder. Las sociedades en las cuales la memoria social es principalmente oral o las que están constituyéndose una memoria colectiva escrita permiten entender mejor esta lucha por el dominio del recuerdo y de la tradición, esta manipulación de la memoria (LE GOFF, 1991, p. 48).

Ainda são apresentados exemplos de lugares de memória, os quais o autor atribui sua criação de acordo com os atores sociais envolvidos e suas experiências:

que se harían partiendo del estudio de los «lugares» de la memoria colectiva: «Lugares topográficos, como los archivos, las bibliotecas y los museos; lugares monumentales, como los cementerios y las arquitecturas; lugares simbólicos, como las conmemoraciones, los peregrinajes, los aniversarios o los emblemas; lugares funcionales, como los manuales, las autobiografías o las asociaciones: estos monumentos tienen su historia». Pero no deberían olvidarse los verdaderos lugares de la historia, aquellos en donde buscar no la elaboración, la producción, sino a los creadores y a los dominadores de la memoria colectiva: «Estados, ambientes sociales y políticos, comunidades de experiencia histórica o de generaciones lanzadas a construir sus archivos en función de los diversos usos que ellas hacen de la memoria» (*id.*, 45-46)

Na cidade os sujeitos, ocupam seus territórios de acordo com o tempo e o espaço, de acordo com o vivido, de acordo com as relações estabelecidas, e ao delimitar estes territórios, estabelecem-se o jogo de forças entre as “minorias” e as “maiorias” constituindo-se os lugares de memória ou de não-memória, como aponta Arantes (2000, p. 121):

O deslocamento excita a imaginação, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Um marco remete a outro, logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. O caminhar permite a recolha de fragmentos de história pessoais e do lugar. Ao interromper o fluxo da exploração do espaço em sua superficialidade, fixando-se num ponto, a memória desencadeia a vertigem da profundidade. Neste sentido, caminhar pela cidade é decifrar aos poucos, e pelo movimento, um palimpsesto. Reconhecendo e colocando em relação recíproca textos anteriormente escritos a muitas mãos, o transeunte vivifica o resultado de um trabalho social, graças ao qual se mantém, pontilhando o tecido urbano, alguns fragmentos que perduram. Outros marcos, por processo análogo, apagam-se.

Assim, julgamos importante ressaltar que ao substituir o Pelourinho pelo Chafariz, provavelmente este ato tenha sido feito com a intencionalidade de apagamento das marcas dolorosas da escravidão. O pelourinho poderia na contemporaneidade evocar uma lembrança de outro tempo, de experiências vividas no passado.

O monumento funciona como um lugar de memória, e “lugares de memória” funcionam principalmente à maneira dos *reminders*, dos indícios de recordação, ao

oferecerem alternadamente um apoio à memória que falha, uma luta na luta contra o esquecimento, até mesmo uma suplementação tácita de memória morta (RICOEUR, 2007, p. 58)” e, dependendo da forma com que a memória individual relembra os fatos, são estabelecidos significados a estes monumentos, e esses significados podem tornar-se uma espécie de histeria coletiva, se essas lembranças forem mal orientadas. A importância dos lugares, esclarece Ricoeur, é que “os lugares ‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras” (*id.*, *ibid.*).

O elemento materializado na figura do lugar de memória seja ele um espaço de paisagem, um monumento, uma edificação, contribuem para evocar uma lembrança que depende do ser humano e por isso tanto um quanto o outro se tornam imprescindíveis para que o historiador recolha as pistas para a sua narrativa.³

Assim, abordaremos nas páginas seguintes alguns locais que de acordo com documentos pesquisados da época, fazem referências à história da escravidão pelotense e que não existem mais, sendo espaços transformados. Foi em 1873, como citado anteriormente que o Pelourinho deixou de existir, resultando assim numa in(visibilidade) de parte da violência e do aparelho repressor praticados contra o negro na Pelotas charqueadora do século XIX.

Os estudos de NORA (1993), LE GOFF(1991), RICOEUR(2007), dentre outros são importantes para definir o que são lugares de memória, ressaltamos que com relação a experiência da escravidão a força e o pelourinho, não se constituíram como lugares de memória em nossa cidade uma vez que foram destruídos.

Sobre os lugares de memória, Nora diz que “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (1993, p.22). O autor atribui à importância dos lugares de memória para que a memória coletiva se constitua. Segundo ele, é preciso ter “*vontade de memória*”

Assim, iniciaremos nossas reflexões utilizando-nos da toponímia como fonte de estudo: Simon Schama (1996) nos diz que a paisagem suscita a memória, é nela que se

³ É importante salientar que se analisarmos a abordagem de Ricoeur(2007) pela ótica de que a história oral enfrenta várias questões como a vontade de falar, qual a versão o interlocutor dará do fato(lembrança positiva ou negativa de acordo com suas experiências sobre tal), o que ele lembra, quais as influências que sofreu do meio..., e que o testemunho oral não tem uma longa duração, a não ser os resquícios que são passados de geração em geração, podemos dizer que os lugares atravessam uma temporalidade significativa.

desenrolam os acontecimentos, é nela que os homens designam atribuições ao lugar como sagrado ou profano, alegre ou triste. O autor coloca como objetivo do livro “Paisagem e Memória”:

revelar a riqueza, a antiguidade e a complexidade de nossa tradição paisagística para mostrar o quanto podemos perder. Ao invés de postular o caráter mutuamente exclusivo da cultura e da natureza ocidentais, quero mostrar a força dos elos que as unem.

Essa força geralmente se esconde sob camadas e camadas de lugar-comum. Assim, concebi Paisagem e Memória como uma escavação feito abaixo de nosso nível de visão convencional com a finalidade de recuperar os veios de mito e memória existentes sob a superfície (SCHAMA, 1996, p. 25)

O autor afirma que, além da paisagem como exuberante, turística, nos lugares “...há uma longa, rica e significativa história de associações”(id., *ibid.*). Neste sentido, usaremos o espaço que abrange o centro urbano de Pelotas, bem como a região do Areal para delimitar o território em que os negros nos papéis de ex-escravos, quilombolas e libertos constituíam suas ações em Pelotas no período do século XIX. Em todos esses espaços a paisagem tem um papel fundamental, e, embora somente os monumentos (forca e pelourinho) tenham sido retirados do espaço urbano, o Arroio Pelotas e o Passo dos Negros, como elementos da paisagem, não nos remetem referências que atinjam grande quantidade da população sobre a atuação dos negros na história de Pelotas durante o século XIX.

Destacamos que na parte litorânea as águas eram o elemento de ligação, que transpunha a fronteira entre o Quilombo- liberdade, e as charqueadas e Vila-escravidão. Dessa forma, nos utilizamos da paisagem para localizar alguns lugares que remetem (mesmo no caso do apagamento/ silenciamento) à história daquela época. Abrimos parênteses para destacar que muitos registros referentes à escravidão foram se perdendo, seja pela ação do tempo, seja pela ação daqueles que desejavam esconder suas marcas. Prova disso é que Ruy Barbosa⁴ manda queimar os documentos relativos à escravidão.

Contribuindo ainda mais para dificultar esta reconstituição está o “sui-generis” decreto de Ruy Barbosa, “ministro e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional” de 14.12.1890. Neste, determina-se a “queima e destruição” dos “papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos Escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários...” (MAESTRI, 1979, p. 59)

⁴ Ruy Barbosa foi jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador brasileiro. Foi Ministro da Fazenda logo após a Proclamação da República e co-autor da primeira Constituição.

O autor refere-se à destruição de “preciosos registros”, que poderiam ser usados como fontes para pesquisa, mas ainda ressalta que “ordem dada não é cumprida”, pois ainda temos vários desses registros no arquivo histórico e outros locais que não sabemos como e por que foram preservados esses dados.

Assim, muito do que sabemos sobre esta época se perdeu com a queima considerável de um grande número de arquivos por mando de Ruy Barbosa. O que restou são documentos oficiais ou alguns relatos que estão permeados por esquecimentos ou esta zona de penumbra natural aoquais todos estamos sujeitos.

Ricoeur trabalha com essa ideia de apagamento da memória, que pode ser definitiva ou temporária. A memória precisa de um elemento que suscite a evocação da coisa a ser lembrada, e para isso os lugares de memória são importantes pontos de referência no espaço (localização) e tempo (datação). “O esforço de recordação consiste em converter uma representação esquemática cujos elementos se interpenetram numa representação em imagens cujas partes se justapõem” (RICOEUR, 2007, p. 47).

Assim, ao retirar do espaço público os elementos força e pelourinho, aos poucos a história da experiência da escravidão no século XIX vai se esvanecendo. Ao contrário do que aconteceu em Pelotas, em outros locais estes elementos se tornaram monumentos que foram utilizados para redimensionar as memórias relacionadas aos mesmos. Citamos o exemplo do Pelourinho da Bahia, que hoje é um lugar de memória, onde se concentram eventos de comemoração referentes à luta e às manifestações culturais negras.

Os espaços são transitórios, “espaços são marcados por monumentos, há uma aliança entre o intérprete e a massa”. A questão seria o problema de seletividade da memória: quais elementos são preservados e quais são esquecidos, e quem tem a responsabilidade dessa escolha.

DESENVOLVIMENTO

Além da força e do pelourinho, escolhemos outros elementos que poderíamos utilizar para contar fragmentos da história da escravidão na região urbana de Pelotas: o Passo dos negros, o Arroio Pelotas (lembramos que o Arroio Pelotas percorre uma grande extensão da

cidade, chegando até a zona rural onde se encontra com o Arroio Quilombo). Abaixo traremos alguns apontamentos destes locais.

Segundo Al-Alam (2007), existiram dois locais para a forca em Pelotas, na Avenida Bento Gonçalves, entre as ruas Andrades Neves e General Osório, próximo ao Parque Dom Antônio Zattera, e na Praça Vinte de Setembro, e não na Praça Cipriano Barcellos, conhecida popularmente como Praça dos Enforcados.

Posteriormente, quando o poder imperial extinguiu a pena de morte, a forca foi desmanchada, sendo as suas peças (as madeiras) recolhidas ao edifício da cadeia pública, instalada então no prédio da esquina das ruas Paysandú e Sete de Setembro, mais tarde (já na República) vendido e demolido. Enquanto se demolida a velha cadeia, os paus da forca foram removidos e guardados num dos quartos do mercado central, onde permaneceram longo tempo. Daí foram, um após outro, retirados e utilizados em obras dos próprios municipais, em ombreira de porta, em arco de janela, em trave de baia, etc.(grifo nosso)⁵ (AL-ALAM, 2007, p. 200-201).

Diferentemente de alguns monumentos que lembram, por exemplo, a II Guerra Mundial, que homenageiam suas vítimas, e têm o intuito de mostrar ao mundo as atrocidades cometidas para que as pessoas saibam dos horrores que uma guerra pode causar e que esse episódio não se repita, as memórias da forca em Pelotas são vagas, imprecisas ou inexistentes.

Veja no mapa abaixo os locais indicados por Gutierrez (1999) onde se localizavam a forca.

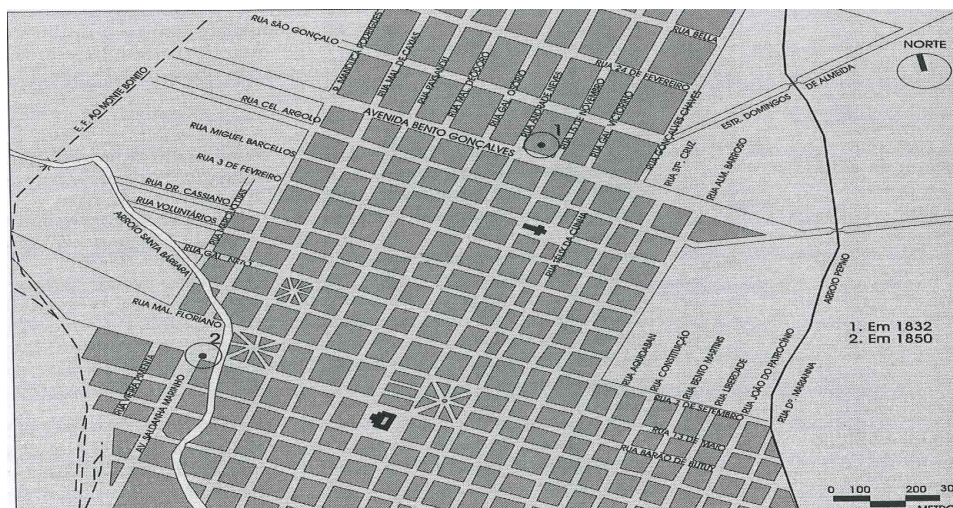


Figura 35. Localização da forca.

Fonte: Gutierrez, 1999, p. 223.

⁵ Os grifos são do autor Al-Alam.

Numa época em que a força era considerada necessária como aparelho de repressão, para dar o exemplo àqueles que tentavam subverter a ordem escravocrata existente, se fazia importante que esta ficasse em campo aberto, nos locais limites da cidade. Por exemplo, a região da Praça Vinte de Setembro era considerada local impróprio para as pessoas de bem, visto que ali se encontravam reunidos muitos escravos, tanto é que este local é referido na Ata da Câmara de 08/01/1833, quando da resolução da construção de uma cacimba.

Já quando a pena de morte cai em desuso e é finalmente extinta pelo Império, se faz necessário apagar os vestígios deste mal, representante da opressão exercida pelas autoridades, os próprios proprietários dos escravos. Ao resistirem, os escravos desafiavam e punham em cheque a autoridade dos mesmos.

O Pelourinho será outro exemplo representante do que foi dito acima, em Gutierrez (1999, p. 150-151), em 07/04/1832, encontramos a referência de que esta foi a data em que a cidade se tornara formalmente Vila São Francisco de Paula. Funda-se, então, o Teatro Sete de Abril e o Pelourinho que se localizava no campo, que após chamou-se Praça da Regeneração e atualmente é a Praça Coronel Pedro Osório. A autora faz um paralelo entre o símbolo da opressão referido no parágrafo anterior e o símbolo de cultura, o então teatro Sete de Abril. Sabemos que este tipo de construção existiu em outros locais brasileiros, como é o exemplo de Salvador. Em Pelotas, porém, hoje em dia não existem referências sobre o mesmo a não ser em poucos estudos sobre a cidade.

Ao substituir o Pelourinho pelo Chafariz das Nereidas, tem-se provavelmente uma intenção de mostrar a cidade de Pelotas como uma cidade de Riqueza e Opulência, culta e cosmopolita e não como uma cidade escravagista igual a tantas outras dentro do contexto escravista do século XIX .

João Simões Lopes Neto faz referência ao I Código de Posturas⁶ que regeu a Freguesia de São Francisco de Paula de Pelotas, sujeita à jurisdição da Vila do Rio Grande, e em seu capítulo XIII no artigo 36, diz:

Destina-se o largo do Pelourinho para as quitadeiras, e quitandeiros pararem quando quiserem, não se lhes permitindo isto em outra qualquer parte das ruas, debaixo da pena de hum mil reis por cada vez que faltarem a este preceito.

⁶ O código de Posturas encontra-se no almanaque do bicentenário de Pelotas.

Na página 227 do Almanaque do Bicentenário de Pelotas, encontramos uma foto da Aquarela de Wendroth,⁷ de 1851, chamada “Preto chicoteando outro, crucificado em pelourinho” e ainda temos a mesma ilustração em Al-Alam (2007).



Figura 36. Preto chicoteando outro amarrado no Pelourinho
Fonte: Al Allan, 2007.

A localização do pelourinho também foi apontada por Gutierrez:

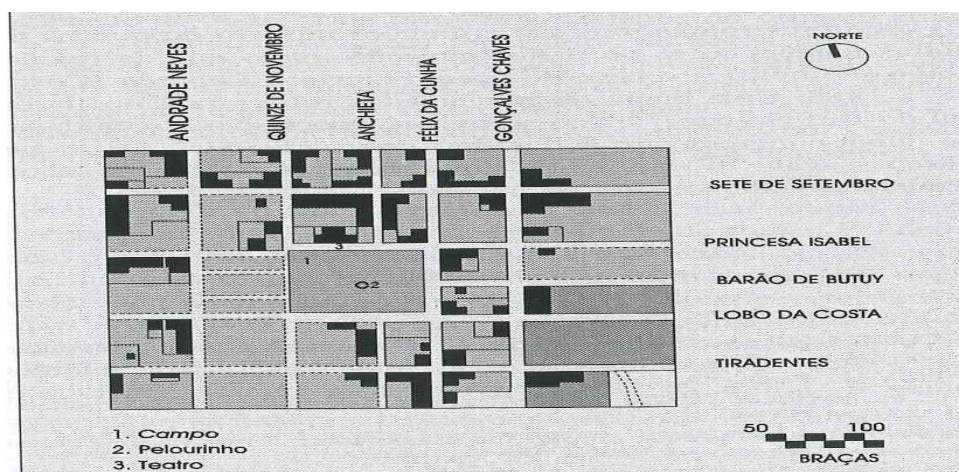


Figura 37. Localização do Pelourinho
Fonte: Gutierrez, 1999, p. 151.

Em dois *websites* encontramos referências da existência de um pelourinho na Praça Coronel Pedro Osório, no local do atual chafariz, e outro em uma das charqueadas; de um deles retiramos uma passagem que relata:

⁷ Hermann Rudolf Wendroth foi um mercenário alemão, que veio para o Brasil em 1851, contratado para lutar contra Rosas, e a ele se atribuem imagens pitorescas de Pelotas.

Apresenta oito entradas, é bem arborizada e no ponto central está o chafariz “As Nereidas”, importado da França, pela Companhia Hidráulica Pelotense, em 1873, juntamente com mais três chafarizes, com a finalidade de ornamentar os jardins públicos e abastecer de água potável a população do seu entorno. Foi montado por Charles Zanota em 1874 e sua criação foi do escultor francês A Durenne-Sonnevoire. **Este chafariz substituiu o pelourinho, erguido em 7 de abril de 1832, como símbolo da autonomia do município, onde eram os delinquentes e os criminosos, com aviltamento, amarrados e publicamente castigados com açoites e também era local de compra e venda de escravos.**⁸ (http://www.pelotas.com.br/politica_desenv_economico/ste/atracoes_turisticas/pelotas_cultural_praca_cel_pedro_osorio.htm acesso em 24.02.2013)



Figura 38. Praça Coronel Pedro Osório hoje. Figura 39. Praça da República (Cel. Pedro Osório) em 1922
Fonte: <http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/PracaEntorno.htm> acesso em 24.02.2013

O Passo dos Negros, localizado na boca do canal São Gonçalo, seguindo na direção oeste, tem por seguimento o antigo Corredor das Tropas, onde hoje se localiza a Avenida São Francisco de Paula, este local fora descrito como perigoso e com péssimo cheiro, segundo Gutierrez (1993, p. 158):

O Passo dos Negros foi uma das alternativas de implantação da cidade de Pelotas. Em 1812, o primeiro loteamento urbano, em terras de Francisco Antônio dos Anjos, fora reconhecido pelo príncipe regente dom João. Segundo parece, o mau cheiro reinante, ocasionado pelos dejetos da produção saladeiril, a falta de segurança, decorrente da proximidade com grande número de escravos, e a força política, resultado da união do padre Felício com o charqueador Antônio Francisco dos Anjos, não permitiram a implantação da cidade, no encontro do arroio com o canal.

Sabemos que a constituição do núcleo urbano envolve interesses econômicos, principalmente do proprietário da leva de terras onde o mesmo será localizado. Assim, como local de bastante movimento, o Passo dos Negros era o elo entre os tropeiros que traziam gado pelo Corredor das Tropas, as Charqueadas e o Canal São Gonçalo, cabendo ser local para a

⁸ Grifos desta pesquisadora.

formação de um núcleo urbano pelo movimento que desencadeava e pela proximidade com a água, o que facilitaria o funcionamento de um Porto.

Padre Felício e Antônio Francisco dos Anjos, tendo interesse de que o núcleo urbano fosse, no local onde é atualmente, pois, eram proprietários daquelas terras, encontraram a desculpa ideal, para não ser no Passo dos Negros, zona de produção saladeiril, portanto, apresentava dois problemas: o péssimo cheiro dos dejetos oriundos da produção do charque e de seus derivados e a grande quantidade de escravos que por ali circulavam ou ficavam em suas imediações. Diz Zênia de León:

Passo dos Negros foi porta de entrada do gado oriundo dos Campos Neutrais e Maldonado, e do negro escravo africano, desembarcado dos navios negreiros na barra do Rio Grande. Tanto o gado como a escravaria, ultrapassavam o canal no lugar de travessia a vau, palco de grandes acontecimentos históricos. Logo que estabelecidas as primeiras charqueadas, penetrava a tropa, de criação rio-grandense e platina, pelo lugar do São Gonçalo "onde se abre a boca do seu tributário, o chamado arroio Pelotas". A Coroa, para evitar contrabando, tanto de gado como de negros escravos (considerado mercadoria valiosa), instituiu no conhecido Passo do Neves, um imposto de passagem. O local mudou de nome pela jocosidade popular para Passo Rico em razão do fabuloso rendimento proveniente do fisco. Entretanto, não só ao contrabando e ao pedágio essa porta favorecia: também à riqueza local. Por ali, além de um intenso movimento de gado, também o de escravos, que atraía compradores e vendedores desse produto humano. Tão grande a concentração de negros que chegavam e à disposição de compradores espalhavam-se acolherados em levas como tropa em leilão, num desfile macabro de mercadoria em exposição, que o lugar mudou para Passo dos Negros. Movimentavam-se levados pelos feitores para as propriedades, e estavam chegando mais e mais. O lugar jamais perdeu esta denominação que identificou por longos anos a exploração do regime escravocrata em Pelotas, razão e motivo de sua antiga riqueza, mola mestra do apogeu sócio-cultural-econômico de uma cidade (<http://www.vivaucharque.com.br/cenarios/pontes.htm> acesso em 08.02.2013).

O Diário Popular traz um caderno especial sobre a Revolução Farroupilha e, ao relacionar Pelotas ao conflito, destaca o Passo dos Negros como local importante na história da Guerra. O charqueador que adotou Pelotas como cidade natal, Domingos José de Almeida, teve um papel fundamental na Revolução, pois por "...5 meses a charqueada de Domingos José de Almeida... tornou-se o Quartel General e a Base Logística (ou trem de Guerra) da revolução para se conquistar Rio Grande"(DIÁRIO POPULAR,20/09/1985, p. 9).Em continuação da reportagem, são mencionadas as atividades na charqueada de Domingos de Almeida para auxiliar as atividades farroupilhas: o rio Pelotas foi fortificado com dois fortins, balsas foram preparadas para atravessar a tropa e foi fabricada pólvora e munição de artilharia.

Em “Apontamentos para a história da Revolução de 1835, uma biografia de Domingos José de Almeida”, encontramos a seguinte referência sobre o Passo dos Negros:⁹

Logo após ao primeiro ataque do Passo dos Negros, o qual se effectuou a 7 de abril de 1836, em que o bravo e intrépido general João Manoel de Lima e Silva depois de ter batido o major Manoel Marques de Souza, que se entricheirára no sobrado á rua hoje Felix da Cunha esquina da Praça da República ahi o aprisionou; e em que o valente coronel de milícias, Albano de Oliveira Bueno ignorando o sucedido com Marques, se encaminhou em direcção ao Passo dos Negros, afim de passar o S. Gonçalo, em direcção ao Rio Grande.

O Valente general Lima e Silva, porém, seguiu com suas forças a embargar-lhe o passo.

Transpunha elle a bagagem e cavallhada, quando Lima obrigou-o aceitar combate, destroçando-o completamente.

E quando Albano fugindo a perseguição, atirou-se ao rio para transpor-o, foi perseguido pelo cabo João Rodrigues Barcellos e soldado Felisardo Picanço Braga, que o aprisionaram no meio do canal gritando Lima e Silva que o não matassem... (CUNHA, 1902, p. 14-15).

Domingos José de Almeida, farroupilha, foi sócio de mais três personalidades ilustres: Antônio Gonçalves Chaves, Joaquim Vieira Viana e Bernardino José Marques Canarim, que construíram a Barca Liberal (barco a vapor) e por ironia caiu nas mãos dos Imperiais, pois “...Infelizmente incorporada, por requisição à Marinha de Guerra do Brasil pelo governo Imperial, passa a servir contra a causa farroupilha” (DIÁRIO POPULAR, LEÓN. 20.09.1988, pg.12).

Lembramos que nos episódios descritos acima, os barcos chegavam pelo canal São Gonçalo até o Passo dos Negros, local estratégico para a entrada ou saída da Cidade via pluvial.

Geralmente as charqueadas e o Arroio Pelotas, são vinculados com a história de seus proprietários, onde temos referências sobre suas famílias, às resoluções que tomavam junto aos órgãos governamentais os quais eram os dirigentes. Entretanto, trabalhos como os de Gutierrez (1993; 1999) fazem referências sobre a importância da mão-de-obra que sustentou tais feitos, os negros que realmente trabalhavam na produção de charque e em outras atividades necessárias ao crescimento econômico da cidade. Os escravos eram utilizados nas obras públicas, para abrir estradas, derrubar matos, construir pontes, etc.

⁹ O Passo dos Negros, anteriormente teve como nome Passo das Neves, Passo dos Ricos e finalmente Passo dos Negros, tamanha a importância da história do negro em Pelotas. O segundo nome, Passo dos Ricos, foi em função de ser este o local por onde chegavam os escravos à cidade, e ser o local então onde se coletavam os impostos sobre estas negociações. Após, mudou-se para Passo dos Negros, também fazendo-se referência à concentração dos mesmos no local. Outro aspecto interessante pouco divulgado é que na invasão da cidade pelos imperiais, três lanceiros negros resistiram bravamente, sendo que dois foram mortos e o terceiro foi ferido e preso (DIÁRIO POPULAR, 20/09/1985, p. 9).

Neste cenário de escravos versus Senhores, o Arroio Pelotas, além de servir de escoadouro para a produção de charque e entrada de escravos e demais mercadorias, foi palco da resistência negra daquela época. Durante a navegação neste Arroio, temos notícias de rebeliões de escravos marinheiros.¹⁰ E foi subindo o Arroio Pelotas em direção na Serra dos Tapes no encontro deste com o Arroio Quilombo que os escravos fugitivos se sentiam livres no Quilombo chefiado por Manuel Padeiro¹¹.

Foi também aí que existiu a resistência farrapa, na tentativa de tomar Rio Grande, onde estava a sede do governo Provincial do lado Imperial. Portanto, o Arroio Pelotas tornara-se, no século XIX, o ponto de encontro dos diversos interesses existentes na cidade; era através de suas águas que os diversos destinos seguiam seus caminhos, enfim, era local estratégico como local de chegada ao cativo e também como local de busca da liberdade.¹²

Schama (1996) atenta para a importância do elemento água, que simboliza a vida, a purificação,¹³ os caminhos e artérias utilizados pelo homem, o reconhecimento da importância das fontes, nascentes, arroios, rios, oceanos e mares está presente em nossa legislação. No Brasil, temos o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que diz que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” e o Código das Águas de 1934. Assim, podemos apontar: “A cultura é o agente, a natureza o meio. A paisagem cultural é o resultado (SAUER *apud* DELPHIM, 2009).” Aqui caberia nos perguntarmos: Podemos dizer que o Arroio Pelotas se constituiu em paisagem cultural, tendo em vista as ações dos sujeitos que nele operaram e, de acordo com os interesses envolvidos sua história, é contada pelos mais diversos ângulos?

¹⁰Ver em Al-Alam (2007, p. 202-216).

¹¹ Conforme pesquisa realizada por esta mestrandia, Manuel Padeiro foi o líder do Quilombo na Serra dos Tapes que interpôs grande resistência à elite charqueadora durante o século XIX, principalmente durante a Revolução Farroupilha. Ver processo crime de Mariano, APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri N° 81**, Maço 3A, 141 E7 ,E/141c CX:006.0300.

¹²No Diário Popular de 09.03.2003 consta: “No início da última semana a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou por unanimidade o projeto de lei de autoria do deputado Bernardo de Souza (PPS), que declara o Arroio patrimônio cultural do Estado”. Claro que a alusão da importância do negro neste cenário, depende da abordagem de cada um.

¹³O elemento purificação também é atribuído por Decca(2004).

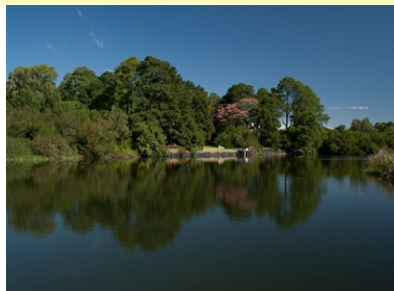


Figura 46. Arroio Pelotas, na região das Charqueadas Próximo ao Canal São Gonçalo e Lagoa dos Patos na região litorânea de Pelotas



Figura 47. Arroio Pelotas na Serra dos Tapes Cólônia Maciel(Templo das Águas, propriedade de Marcos Gottinari, atualmente)

Fonte:<http://wp.clicrbs.com.br/retratosdavid/2010/03/12/turismo-rural-em-pelotas/> acesso em 23.02.2013

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao apontarmos estes locais da cidade de Pelotas como locais onde se desenrolaram fatos importantes sobre a história do negro e da cidade como um todo. Tivemos a intenção de dialogar com as fontes que encontramos. Podemos dizer que estas informações não são encontradas nos meios populares, ou seja, entre a população que não tem acesso aos bancos acadêmicos. Acreditamos que se estas pesquisas fossem divulgadas e popularizadas, poderiam contribuir para dar visibilidade à história da população negra em Pelotas durante o século XIX, mostrando a contribuição desta na sociedade pelotense desde o referido século até os dias atuais e como aponta SILVA(2000), auxiliando na autoafirmação do processo identitário dos mesmos.

REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A Negra Forca da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007.

ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Imprensa Oficial, 2000.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas, v. 1. 7.ed. p. 222-232. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CUNHA, José Zeferino da. **Apontamentos para a História da Revolução de 1835**. Biographia de Domingos José de Almeida. Pelotas, RS: Typographia da Livraria Americana Pintos & C., 1902.

DECCA, Edgar Salvadori de. Literatura em ruínas ou as ruínas na literatura?. In: BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. p. 147-171. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Paisagens do Sul**: Pareceres de Carlos Fernando de Moura Delphin sobre bens patrimoniais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: IPHAN: IPHAE, 2009.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas, RS: Editora Universitária/UFPEL: Livraria Mundial, 1993.

_____. **Barro e Sangue**: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

LE GOFF, Jacques. **Memoria. El orden de la memoria. El tiempo como imaginario**. Barcelona, España: EditorialPaidós, 1991. p. 131-183. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/biblioteca/memoria>>, acesso em 28.02.2013.

MAESTRI FILHO, Mario José. **Quilombos e quilombolas em terras gaúchas**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1979.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Gráfica Editora Pallotti, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História 10**. PUCSP. São Paulo, dezembro 1993, p. 7-27.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RUBIRA, Luís. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Santa Maria, RS: Pró-cultura RS: Ed. Pallotti, 2012.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JORNAIS

DIÁRIO POPULAR. **Revolução em Pelotas e São Lourenço do Sul**, pg. 9 20.09.1985

DIÁRIO POPULAR. LEÓN, Zênia de. **A barca liberal e sua participação na Revolução Farroupilha** 20.09.1988, pg.12

DIÁRIO POPULAR. **Entrevista com Bernardo de Souza**. 09.03.2003

FONTES PRIMÁRIAS

APERGS, Município de Pelotas, **Cartório do Júri N° 81**, Maço 3A, 141 E7 ,E/141c CX:006.0300.

LEIS E DECRETOS

BRASIL, **Constituição Federal**, 1988.

DECRETO N° 24.643, Código das Águas, de 10 de julho de 1934.

WEB SITES

<http://academicosdanoticia.blogspot.com.br/2011/06/chafariz-fonte-das-neridas.html>(acesso em 25.03.2013)

<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/PracaEntorno.htm>(acesso em 11.02.2013)

http://www.pelotas.com.br/politica_desenv_economico/ste/atracoes_turisticas/pelotas_cultura_l_praca_cel_pedro_osorio.htm (acesso em 24.02.2013)

<http://www.pu3yka.com.br/Pelotas/Cidade/Centro/PracaEntorno.htm> (acesso em 24.02.2013)

<http://www.vivaocharque.com.br/cenarios/pontes.htm>(acesso em 08.02.2013)

<http://wp.clicrbs.com.br/retratosdavid/2010/03/12/turismo-rural-em-pelotas/> acesso em 23.02.2013